

Carta de Florianópolis



Membros do GT de Vigilância Sanitária da Abrasco, profissionais de saúde coletiva e de vigilância sanitária, pesquisadores e professores reunidos no III Simbravisa manifestam-se sobre a proposta de criação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde

Nós, membros do GT de Vigilância Sanitária da Abrasco, profissionais de saúde coletiva e de vigilância sanitária, pesquisadores e professores, reunidos no III Simbravisa, vimos manifestar nossa preocupação com uma proposta discutida em Oficina de trabalho recentemente realizada em Brasília sobre a criação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde.

Essa proposta, veiculada como minuta de Projeto de Lei (PL), citando a adesão do Brasil ao Regulamento Sanitário Internacional, justifica a criação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SINVES).

Entretanto, esse Sistema, tal como proposto, desconsidera:

- 1 - a existência em Lei anterior do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), integrado pelos serviços de vigilância sanitária das três esferas de governo e por outros órgãos relacionados ao tema, inclusive instituições científicas;
- 2 - o processo em curso de consolidação do SNVS – que incorpora a implementação de propostas da I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, dentre essas, a da elaboração de um Plano Diretor para o SNVS, discutido pelos respectivos serviços das três esferas de governo;
- 3 - o trabalho realizado pelos serviços de vigilância sanitária das esferas municipal, estadual e federal – mormente a área de Portos, Aeroportos e Fronteiras;
- 4 - a complexidade da discussão conceitual sobre a vigilância em saúde e suas possíveis formas de implementação para aprimoramento do SUS, reduzindo-a a uma única vertente, a ser transformada em institucionalidade.

Nesse sentido, vimos manifestar a necessidade de ampliação do debate democrático que pautou e pauta a Reforma Sanitária brasileira e a construção do SUS. Como sanitaristas brasileiros do século XXI não podemos permitir que mudanças no marco legal da Saúde Coletiva sejam realizadas em processos de discussão restritos e apressados que podem resultar em retrocessos e destruição de conquistas que não se restringem apenas ao campo da saúde, com desdobramentos na própria restrição aos direitos individuais e da cidadania.

PELA CONVOCAÇÃO DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA!
PELO RESPEITO AO ESPÍRITO DEMOCRÁTICO QUE PAUTA A
REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA!
PELO RESPEITO AOS DIRETOS DE CIDADANIA!

Florianópolis, 29 de novembro de 2006.